

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**Comissão de Direitos Humanos e Minorias**

REQUERIMENTO N° , DE 2019

(Do Sr. Filipe Barros)

Requer a realização de audiência pública para discutir os perigos das redes sociais para as crianças e os adolescentes.

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDHM), com os convidados a seguir indicados, para debater os perigos das redes sociais para as crianças e os adolescentes, em face da necessidade de resposta e atenção por parte do poder público quanto à proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Convidados:

1. Representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
2. Representante da Polícia Federal especializado em tecnologia.
3. Representante da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).
4. Representante da instituição SaferNet.
5. Representante da instituição Facebook Brasil e Whatsapp.
6. Representante do Youtube.

**JUSTIFICAÇÃO**

A necessidade da realização de uma audiência pública para proteger os direitos humanos de crianças e adolescentes diante dos riscos que as redes sociais oferecem atualmente é fundamental. Embora a tecnologia e a Internet gerem uma miríade de benefícios à sociedade, as redes sociais geram riscos aos indivíduos, mais notadamente às crianças e aos adolescentes.

O amplo e quase irrestrito acesso à Internet, nos dias atuais, aumenta a vulnerabilidade de menores de idade nas redes sociais, principalmente por causa da “Deep

Web”, a camada da Internet que não pode ser acessada pelos principais meios de mecanismos de buscas. Assim, a “Deep Web” permite não somente o acesso de indivíduos a conteúdos ilícitos, mas também dificulta a fiscalização por parte de autoridades policiais.

Diante desse contexto, essa parte obscura da Internet tem fomentado a pornografia infantil, a pedofilia, a venda de armas ilegais, o terrorismo a auto-mutilação e o suicídio de crianças e adolescentes. O recente atentado ocorrido em Suzano (SP), no colégio estadual Raul Brasil, por exemplo, ocorreu, em parte, por causa do contato de indivíduos com a “Deep Web”.

Do mesmo modo, conforme foi amplamente divulgado pela imprensa, nos últimos dias, pais e mães se angustiaram diante do boato, compartilhado pelo Whatsapp, de que vídeos infantis foram 'invadidos' pela personagem Momo, que ensina as crianças a buscarem objetos cortantes em casa e a praticar atos suicidas. Segundo as famílias, a origem dos vídeos seria plataforma Youtube.

Apesar da negativa do Youtube quanto a origem do material, segundo a imprensa, a plataforma não esclareceu, porém, detalhes da política de segurança para quem tenta subir vídeos na plataforma.

Em razão disso, requer-se, de forma urgente, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDHM), para debater os perigos das redes sociais para as crianças e os adolescentes e qual a política de segurança das maiores plataformas de vídeo utilizada pelos brasileiros.

Sala das Comissões, em 11 de março de 2019.

**Deputado Filipe Barros (PSL/PR)**